



**Sociedade civil midiaticizada: um estudo sobre a Robô
Feminista Beta¹**
Mediatized civil society: a Study on the Feminist Chatbot Beta

Allan Carlos dos Santos²

Mariah Christine Rafael Guedes da Silva³

Palavras-chave: mediatização; sociedade civil; políticas públicas; feminismo; Robô Beta.

1. Introdução

O artigo analisa empiricamente uma ferramenta de mobilização online que oferece oportunidades para que cidadãos/cidadãs e organizações sociais lutem pelos direitos das mulheres em um contexto de crescente mediatização das práticas políticas. A partir do mapeamento da “robô feminista” Beta – concepção, desenvolvimento, funcionamento e principais propostas de lei monitoradas – investigamos como a mediatização das relações humanas, ao mesmo tempo que engendra formas de conservação do capital financeiro transnacional, também pode estimular a criação de mecanismos para a atuação da sociedade civil em questões de interesse público.

Segundo Carlos Nelson Coutinho (1989), o conceito de “sociedade civil” é um elemento essencial na determinação da especificidade da teoria política gramsciana,

¹ Trabalho apresentado ao II Seminário Internacional de Pesquisas em Mediatização e Processos Sociais. PPGCC-Unisinos. São Leopoldo, RS – 8 a 12 de abril de 2018.

² Mestrando em Comunicação e Cultura na ECO – UFRJ. Membro dos seguintes grupos de pesquisa: LECC - UFRJ (Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária); COLAB - UFF (Laboratório de Comunicação, Culturas Políticas e Economia da Colaboração) e do NUMARK - Núcleo de Marketing da ECO / UFRJ. allansantos29ny@gmail.com

³ Mestranda em Comunicação e Cultura na ECO/UFRJ, possui MBA em Administração de Marketing e Comunicação Empresarial (UVA-2015-2016).



II Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

sendo ela entendida como um conjunto de organismos de participação política para a produção do consenso (sindicatos, partidos políticos, parlamentos eleitos por sufrágio universal direto e secreto, além de igrejas, escolas e jornais proletários). Compreendemos que Antonio Gramsci (1891-1937) concebeu uma “teoria ampliada do Estado” em função da intensificação dos processos de sociabilização da participação política, sobretudo nos países capitalistas ocidentais no fim do século XIX, sugerindo que o poder político é também expresso através da articulação dos “aparelhos privados de hegemonia” dotados de funções relativamente autônomas e específicas, tanto em função do mundo econômico quanto dos aparelhos repressivos do Estado.

Contemporaneamente, Muniz Sodré (2014) amplia essa perspectiva para pensar as disputas por consenso político no âmbito do novo ecossistema existencial que ele define como “midiatização generalizada” ou “bios virtual”, observando a progressiva perda da legitimidade das instituições mediadoras clássicas, o deslocamento da centralidade do Estado como administrador dos bens públicos e a organização dos sentidos comuns por meio de símbolos compartilhados pelas redes de sociabilidade digital. Para o pesquisador brasileiro, os valores comuns não são organizados exclusivamente por ideias e palavras, mas também por estéticas e afetos a partir de “estratégias sensíveis” promovidas pelas mídias, alterando crenças, emoções, subjetividades e percepções humanas.

Nesse contexto de mutações qualitativas em termos de configuração social por efeito da articulação da tecnologia eletrônica com a vida humana, a noção de “mediações socioculturais” – privilegiada por pesquisadores latino-americanos da sociologia da cultura como, por exemplo, Jesus-Martin Barbero e Orosco-Gómez – tende a perder espaço para outras proposições teóricas. Ainda segundo Sodré (2014, p. 110), telefones celulares, laptops e outros dispositivos de conexão com a internet não apenas mudaram o panorama do consumo de mídia como também criaram tecnologias próprias de mediação. Até no nível das políticas públicas, a mediação da sociedade civil entre o Estado e os diferentes grupos sociais passa a ser gradativamente delegada às



II Seminário Internacional de Pesquisas em **Mediatização** e Processos Sociais

regulações técnicas e empresariais trazidas pelos dispositivos digitais, ou seja, pela “mediatização generalizada”.

A mediatização, portanto, uma elaboração conceitual para dar conta de uma nova instância de orientação da realidade capaz de permear as relações sociais por meio da mídia e constituindo – por meio do desenvolvimento acelerado dos processos de convergência midiática – uma forma virtual ou simulativa de vida, a que já demos o nome de bios midiático (ou bios virtual) (Ibid., p. 109).

Estaria a mediatização das políticas públicas redefinindo a ideia de cidadania e reduzindo as possibilidades de mobilização coletiva da sociedade civil? Nessa linha de pensamento, estaríamos vivendo em uma era de “pós-sociedade civil”? Os argumentos que sugerem a confirmação dessas tendências são muitos, porém, mesmo diante dos obstáculos apresentados pelo fenômeno de mediatização dos processos de gestão social e da implementação de novos serviços digitais que visam intensificar as bases econômicas do capital global, observamos que algumas organizações têm conseguido agir de forma independente dos governos para produzir mecanismos que possibilitam que cidadãos comuns se movimentem na direção da garantia dos seus direitos sociais. É neste sentido que propomos analisar a “robô feminista” Beta, criada pela ONG Nossas e compreendida aqui como uma possibilidade de potencialização e instrumentalização da participação popular nos processos políticos mediatizados.



II Seminário Internacional de Pesquisas em **Mediatização** e Processos Sociais



Figura 1: Página da Beta no Facebook. Acesso em 13 dez 2017.

O artigo é dividido em três partes. Na primeira, propomos uma revisão da literatura pertinente de modo a elucidar os objetivos teóricos propostos. Na segunda parte do trabalho, propomos a apreensão de algumas das mutações sofridas nas formas de engajamento da sociedade civil em questões de políticas públicas e no exercício das práticas de cidadania mediante a mediatização da gestão da vida social. Finalmente, a partir do mapeamento do processo de funcionamento do chatbot Beta, procuramos investigar como, mesmo diante da realidade mediatizada das relações de poder, esta ferramenta de mobilização online tem proporcionado maior visibilidade à luta feminista no cenário brasileiro e criado oportunidades de ação pelos direitos das mulheres.

A partir da proposta aqui apresentada e com base no referencial teórico adotado, consideramos que este artigo possui aderência aos eixos temáticos do II Seminário Internacional de Pesquisas em Mediatização e Processos Sociais (Midiaticom), dentre eles, o GT Mediatização da Política e o GT Identidade Feminina, Comunicação.



II Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais

2. Mídia e Políticas Públicas Feministas

De forma simplificada, o termo “políticas públicas” é utilizado para referenciar ações governamentais para manutenção ou obtenção de direitos fundamentais, com reforço do exercício da cidadania pela população. Com a internet, o acompanhamento de pautas de interesse público passa a ser feito também pelo ambiente digital, expandindo o acesso às políticas públicas.

Recentemente publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, o estudo “Nem tão #simples assim: o desafio de monitorar políticas públicas nas redes sociais” (2017) traça um panorama das políticas públicas e apresenta as particularidades de seu acompanhamento online:

A internet e as redes sociais representam profunda mudança na forma como os indivíduos se relacionam no início do século XXI. Esses novos paradigmas de conectividade e interatividade, que afetaram as relações sociais, também abriram grande espaço para a interação entre as pessoas e o Estado, assim como reduziram custos de ação coletiva para movimentos sociais (...). As novas tecnologias de informação e comunicação têm potencial, portanto, para afetar as políticas públicas em diferentes momentos e sob diferentes posições teóricas. Elas podem afetar a discussão sobre os problemas que demandam a ação do Estado e alterar o ciclo clássico de políticas públicas, permitindo verificar percepções sobre externalidades negativas e positivas da ação estatal de forma mais imediata (RUEDIGER, 2017, p. 6).

Especificamente no caso do feminismo – quando entendido na sua concepção primária de adquirir, prover e resguardar direitos humanos para as mulheres – as políticas públicas no Brasil voltadas para este segmento orientam-se pela Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres, que, em sua última Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (4ª CNPM), ocorrida em 2016, teve como tema “Mais direitos, participação e poder para as mulheres”.

No viés da participação, um dos destaques da conferência foi para as interações online, com a elaboração de perfis nas redes sociais para a construção de uma narrativa



II Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais

multimidiática acerca da realização do evento (com “vídeos, fotos, áudios, textos e e-books”, conforme mensagem no próprio site da 4ª CNPM). Especificamente sobre feminismo neste cenário, o livro “Legados”, documento da conferência, considera que:

Os novos movimentos feministas se pautam no mundo real para criar ferramentas virtuais de enfrentamento à violência (...). Hashtags inundaram as redes sociais brasileiras com relatos cotidianos de abusos (...). Estas ações espontâneas, criadas na web, ajudaram a formar uma onda de resistência e solidariedade das mulheres (BRASIL, 2016, p. 37).

Neste contexto, entre as formas de se engajar em relacionamentos via redes sociais, começam a se destacar as ferramentas denominadas “chatbots”, robôs de conversação virtual (“interfaces conversacionais”) que simulam interações humanas. O entendimento de que os chatbots devem ser utilizados de forma educativa pode ser ampliado para as práticas de atuação cidadã – como por meio do acompanhamento de políticas públicas pelos direitos das mulheres: o caso da “robô feminista” Beta.

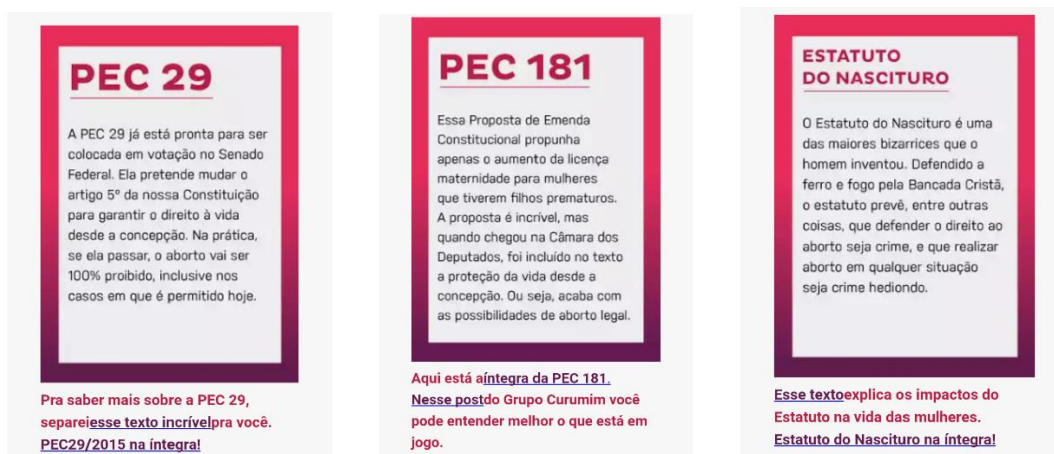
3. A “Robô Feminista” Beta

Desde agosto de 2017, está ativado a “robô feminista” Beta. Trata-se de inteligência artificial brasileira criada pela ONG Nossas que monitora em tempo real pautas políticas que possam infringir direitos femininos e notifica usuárias e usuários sobre ações coletivas que podem ser tomadas online. Em formato de conversa pelo Messenger (app inserido dentro do “inbox” da rede social Facebook), Beta (palavra que, no campo da programação, significa “versão de teste”) informa quais projetos de lei estão tramitando e elabora mensagens virtuais padrão para envio aos representantes e demais integrantes do poder público, como forma de pressioná-los a rever ou cancelar seus projetos.



II Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

A nossa proposta metodológica, além de detalhar a concepção, desenvolvimento e funcionamento da Beta, é mapear a atuação dessa ferramenta de mobilização online no que diz respeito ao monitoramento das três propostas de lei a seguir:



Figuras 2 a 4: Imagens da página da Beta no Facebook. Acesso em 13 dez 2017.

Duas das Propostas de Emenda Constitucional (PEC) acompanhadas pela Beta – a PEC 29 e a PEC 181 – retirariam direitos já adquiridos pelas mulheres (como a interrupção da gestação em estupro, por exemplo, devido à proteção “da inviolabilidade do direito à vida, desde a concepção”), assim como o Estatuto do Nascituro (PL 478). Por ter sido iniciada como uma proposta positiva (ampliação da licença maternidade para mães de bebês prematuros) e posteriormente ter incluído a alteração na redação que proíbe aborto legal, a PEC 181 foi apelidada por movimentos sociais feministas de “Cavalo de Tróia das Mulheres”, por alusão ao ser um “presente” com um ardil. É neste tipo de monitoramento que a Beta age.

De acordo com dados do IBOPE de 2015, no Brasil, a maior parte de internautas é formada por mulheres (53%), o que serve como um indicativo para a alta de pesquisas por termos relacionados ao universo político do feminino em buscadores como o Google. Diniz (2016) reitera esse argumento, sugerindo que o aumento de interesse sobre a temática também reflete a ampliação do espaço ocupado por feministas nas



II Seminário Internacional de Pesquisas em **Mediatização** e Processos Sociais

redes sociais. A atuação da “robô feminista” Beta demonstra possibilidades de articulação comunicativa como táticas sociais de interações feministas, por meio de novas práticas ativistas de mobilização em uma sociedade midiaticizada, também denominadas de “ciberativismo”. Este contexto está diretamente relacionado ao novo feminismo que se apresenta pelas redes sociais:

‘Quarta onda do feminismo’, ‘novo feminismo’, ‘feminismo em rede’; em suma, inúmeras maneiras de se batizar um fenômeno de múltiplos feminismos que em suas essências se dão, indubitavelmente e ineditamente, por meio da mídia e suas mediações (VIEGAS; et al [Org.]. 2016, p. 13).

Para Muniz Sodré (2014), a mediatização das práticas políticas não significa a morte da cidadania. Segundo ele, a cidadania “pode mudar de constituição e aspecto, mas continua sintetizando o livre-agir político do indivíduo (a participação cidadã) e, assim, expandindo a esfera constitutiva da vida social, que pode até mesmo abrir mão da designação de ‘sociedade civil’ (...)” (SODRÉ, 2014, p. 181). Analisando especificamente os movimentos sociais no século XXI, o sociólogo espanhol Manuel Castells entende que, “para que as redes de contrapoder prevaleçam sobre as redes de poder embutidas na organização da sociedade, elas têm de reprogramar a organização política, a economia, a cultura ou qualquer dimensão que pretendam mudar” (2013, p. 27), mencionando “redes voltadas para os direitos das mulheres” (Idem). É neste cenário de mediatização das políticas públicas feministas que propomos analisar a atuação do chatbot Beta.

Referências bibliográficas

4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (4ª CNPM) – Brasília, 10 a 13 de maio de 2016. Disponível em: <https://goo.gl/tPkMA1>. Acesso em: 30 de dezembro de 2017.



II Seminário Internacional de Pesquisas em **Mediatização** e Processos Sociais

BRASIL. **Legados da 4ª conferência de políticas para as mulheres em imagens** (2016). Disponível em: <https://goo.gl/irVHZ3>. Acesso em: 30 de dezembro de 2017.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro (RJ): Zahar, 2013.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um Estudo sobre seu Pensamento Político**. RJ: Editora Campus, 1989.

DINIZ, Maiana. **Com internet, feminismo está em alta entre as jovens, diz especialista**. In: EBC – Agência Brasil, 08 de março de 2016. Disponível em: <https://goo.gl/lhgAEv>. Acesso em: 30 de dezembro de 2017.

IBOPE, 13 de fevereiro de 2015. **No Brasil, mulheres são 53% dos internautas**. Disponível em: <https://goo.gl/JP32DZ>. Acesso em: 30 de dezembro de 2017.

RUEDIGER, Marco (Coord.). **Nem tão #simples assim: o desafio de monitorar políticas públicas nas redes sociais**. 2ª edição. Rio de Janeiro (RJ): FGV, DAPP, 2017. Disponível em: <https://goo.gl/xfDFdf>. Acesso em 30 de dezembro de 2017.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum: notas para o método comunicacional**. RJ: Vozes, 2014.

VIEGAS, Daniela; GAZIRE, Marina; REIS, Roberto Alves; e BARBOSA, Sílvia. Michelle A. Bastos (Org.). **Mulheres que comunicam: mediações, sociedade e feminismos**. Belo Horizonte (MG): Editora Letramento, 2016.